

COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZÉNS GERAIS

CNPJ/MF 61.145.488/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2016. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Nota	2016	2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	922	7.896
Contas a receber de clientes	5	10.769	25.399
Estoques	6	1.409	1.397
Impostos e contribuições a recuperar		5.168	7.931
Adiantamentos a fornecedores		256	229
Outras contas a receber		5.441	22.001
Total do ativo circulante		23.965	64.853
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	11	13.841	13.663
Imobilizado	8	304.960	296.613
Total do ativo não circulante		318.801	310.276

Passivos			
	Nota	2016	2015
Passivo circulante			
Fornecedores	9	72.118	86.566
Empréstimos e financiamentos	10	14.631	9.349
Obrigações sociais e trabalhistas		3.830	3.393
Provisão de imposto de renda e contribuição social		720	4.228
Impostos e contribuições a recolher		872	533
Adiantamentos de clientes		42	40
Dividendos a pagar	13	8.387	2.881
Outras contas a pagar		1.792	—
Total do passivo circulante		102.392	106.990
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	83.367	55.749
Impostos e contribuições a recolher		321	448
Provisões para contingências	11	16.029	15.589
Operações de mútuo	13	3	84.385
Passivo fiscal diferido	7	3.877	269
Total do passivo não circulante		103.597	156.440
Patrimônio líquido			
Capital social		20.726	20.726
Reserva legal		4.145	4.145
Retenção de lucros		88.738	72.760
Ajuste de avaliação patrimonial		13.168	14.068
Dividendo adicional proposto		10.000	—
Total do patrimônio líquido	15	136.777	111.699
Total dos passivos		205.989	263.430
Total dos passivos e patrimônio líquido		342.766	375.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos
Em 2014	20.726	3.908	64.096	14.900	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	11.759	—
Destinação do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	237	—	—	(237)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(2.881)	(2.881)
Retenção de lucro	—	—	8.664	—	(8.664)	—
Realização do custo atribuído	—	—	—	(22)	22	—
Em 2015	20.726	4.145	72.760	14.068	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	33.550	—
Resultados abrangentes do período:	—	—	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa líquido	—	—	—	(85)	—	(85)
Destinação do lucro:	—	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(8.387)	(8.387)
Dividendo adicional proposto	—	—	—	—	(10.000)	10.000
Retenção de lucro	—	—	15.978	—	(15.978)	—
Realização do custo atribuído	—	—	—	(815)	815	—
Em 2016	20.726	4.145	88.738	13.168	—	10.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)						
	2016	2015				
Lucro líquido do exercício	33.550	11.759				
Resultados abrangentes	—	—				
Non Deliverable Forward hedge de fluxo de caixa	(129)	—				
Caixa líquido usado na contribuição social sobre resultados abrangentes	44	—				
Resultado abrangente total	33.465	11.759				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
Receitas líquidas	18	180.606	95.043
Custo das vendas	18	(101.937)	(62.991)
Lucro Bruto		78.669	32.053
Despesas administrativas	18	(15.817)	(5.166)
Outras receitas		439	93
Outras despesas		(1.076)	(1.440)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		62.215	25.399
Receitas financeiras	17	5.021	6.004
Despesas financeiras	17	(16.553)	(13.582)
Financeiras líquidas		(11.532)	(7.578)
Resultado antes dos impostos		50.683	17.821
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(13.482)	(4.228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(3.651)	(1.974)
Imposto de Renda e contribuição social		(17.133)	(6.202)
Lucro líquido do exercício		33.550	11.759

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	2016	2015	
Lucro líquido do exercício	33.550	11.759	
Resultados abrangentes	—	—	
Non Deliverable Forward hedge de fluxo de caixa	(129)	—	
Caixa líquido usado na contribuição social sobre resultados abrangentes	44	—	
Resultado abrangente total	33.465	11.759	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)			
	2016	2015	
Lucro líquido do exercício	33.550	11.759	
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	14.515	5.578	
Impostos diferidos	3.651	1.974	
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	5.203	3.724	
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado	88	60	
Aumento em provisão para contingências	440	704	
Benefícios a empregados	209	389	
Variações nos ativos e passivos			
Diminuição/(Aumento) de contas a receber de clientes	14.631	(22.834)	
(Aumento) em partes relacionadas	(84.380)	15.777	
(Aumento)/Diminuição de estoques	(12)	243	
Diminuição/(Aumento) de impostos a recuperar	2.763	(2.666)	
Diminuição em outras contas a receber	16.560	29.972	
(Aumento)/Diminuição de adiantamento a fornecedores	(27)	216	
(Aumento) em depósitos judiciais	(179)	(118)	
(Diminuição) de fornecedores	(14.448)	(10.197)	
Aumento/(Diminuição) de obrigações sociais e trabalhistas	228	(960)	
Aumento de impostos e contribuições a recolher	4.535	4.067	
Aumento/(Diminuição) em outras contas a pagar	1.665	(368)	
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(10.752)	(5.195)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.832)	—	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(19.592)	32.125	
Aplicação de recursos em imobilizado	(22.950)	(78.331)	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(22.950)	(78.331)	
Dividendos pagos	(2.881)	(4.881)	
Empréstimos e financiamentos tomados	41.532	6.141	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.083)	(7.170)	
Caixa líquido gerado/(usado) pelas atividades de financiamentos (Décréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	35.568	(5.910)	
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa	(6.974)	(52.116)	
No final do exercício	922	7.896	
No início do exercício	7.896	60.012	
(Décréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(6.974)	(52.116)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional
A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado que tem suas operações concentradas no terminal portuário de Santos, no estado de São Paulo. Possui como atividade preponderante a armazenagem e operação de terminais de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal, bem como o exercício das atividades de operador portuário.

2 Base de Preparação
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 17 de junho de 2016.
b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e do imobilizado com adoção do custo atribuído, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
Use de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 7 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa 12 - Instrumentos financeiros; e • Nota explicativa 14 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.d.iii - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa 11 - Provisão para contingências; e • Nota explicativa 20 - Benefícios a empregados.
d. Mensuração do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). O Grupo reconhece os resultados de mercado dos juros apurados nas demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. (i) **Imobilizado:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. (ii) **Contas a receber de clientes:** O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (iii) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e dos juros apurados, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3. Principais Políticas Contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário.
a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira: Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas médias de câmbio apuradas nas datas de transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou relida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros não compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia assume uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumento financeiro derivativo (NDFs - Non Deliverable Forward) como suas operações de proteção (hedge) de variações de câmbio (moeda). O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à redução do risco de perda da Companhia e à redução de sua exposição aos riscos de moeda, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo em outros resultados abrangentes. **c. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e o custo do reconhecimento inicial, não reconhecido no resultado conforme incorridos. O custo de ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As benfeitorias em propriedades arrendadas são depreciadas pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente é a seguinte:

	2016	2015
Máquinas e equipamentos	5,28%	5,28%
Equipamentos de processamento de dados	24,98%	24,98%
Móveis e utensílios	7,13%	7,13%
Veículos	9,06%	9,06%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,69%	4,69%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **e. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **f. Redução ao valor recuperável (impairment) (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparelhamento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu

custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo não perdem valor contábil sendo reconhecidos. Quando um serviço subsequente indica reversão à parte de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia não sejam estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa em uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável. Partes de valor não reconhecidas no resultado do exercício. Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas e provisionadas pelo benefício a ser pago aos empregados no período de contribuição. Os benefícios são reconhecidos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos está disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. (ii) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iii) Benefícios pós-emprego: Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, após a aposentadoria, são avaliados a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e as provisões são reconhecidas em caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações desses benefícios são apresentadas na nota explicativa 20. **h. Arrendamentos: (i) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado do exercício pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. (ii) **Determinando se um contrato contém um arrendamento:** No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o ativo e as provisões são avaliadas a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e as provisões são reconhecidas em caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações desses benefícios são apresentadas na nota explicativa 20. **h. Arrendamentos: (i) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado do exercício pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. (ii) **Determinando se um contrato contém um arrendamento:** No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o ativo e as provisões são avaliadas a cada exercício, através de cálculo

